



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

CAPITAL SOCIAL E ACESSO AO CRÉDITO NA AGRICULTURA FAMILIAR

**CLAUDIA ANDREOLI GALVÃO; LUIZ FERNANDO DE MATTOS PIMENTA;
VIOLETA DE FARIA PEREIRA; MARIÂNGELA DA SILVA DUARTE;**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

BRASÍLIA - DF - BRASIL

ANDREOLI@UNB.BR

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

CAPITAL SOCIAL E ACESSO AO CRÉDITO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Grupo de Pesquisa: Instituições e Organizações na Agricultura

Apresentação: sessão sem debatedor

Capital Social e Acesso ao Crédito na Agricultura Familiar

Grupo de Pesquisa: Instituições e Organizações na Agricultura

Resumo

O capital social insere as relações sociais na agenda do desenvolvimento, estabelece ligações entre as relações sociais e os resultados econômicos, auxilia os excluídos das áreas rurais, ampliando a sua participação no processo de desenvolvimento, através da sua participação na tomada de decisões. O capital social se constitui em um bem público, enquanto o capital convencional se constitui em um bem privado. O capital social é produzido como um subproduto das relações sociais, sendo a confiança um componente essencial.

As organizações governamentais e não governamentais, o setor privado, os grupos comunitários, as cooperativas, os grupos religiosos e outros, são atores importantes na formação de capital social. A prosperidade econômica geralmente ocorre quando os grupos primários se conectam a outros grupos por meio de laços transversais. Quando os grupos primários estão desconectados, os grupos mais poderosos passam a agir sobre as estruturas sociais, de forma a excluí-los.

Para os propósitos deste artigo o capital social é definido como as normas e relações sociais enraizadas na estrutura social que torna possível que atores coordenem suas ações no sentido de atingir os fins que se propuseram

Assim o objetivo deste trabalho foi tentar estabelecer as correlações entre a existência de capital social entre os agricultores familiares e sua capacidade de acesso e uso às linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Através da utilização de dados e informações secundárias sobre o acesso ao crédito nas diferentes regiões geográficas do Brasil, foram estabelecidas hipóteses de suas relações com os tipos e elementos de capital social.

O trabalho se inicia pelo Referencial Teórico, onde se fará uma breve retrospectiva das diferentes abordagens teóricas do capital social, revisando em maiores detalhes a abordagem teórica de Lin (1999) e Fox (1996). Em seguida são apresentados e discutidos os Resultados da Análise dos Dados de Acesso e Uso das Linhas de Crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), a Metodologia e as Considerações Finais.

Capital Social e Acesso ao Crédito na Agricultura Familiar

1. Introdução

O capital social insere as relações sociais na agenda do desenvolvimento, estabelece ligações entre as relações sociais e os resultados econômicos, auxilia os excluídos das áreas rurais, ampliando a sua participação no processo de desenvolvimento, através da sua participação na tomada de decisões. As organizações governamentais e não governamentais, o setor privado, os grupos comunitários, as cooperativas, os grupos religiosos e outros, são atores importantes na formação de capital social.

A prosperidade econômica geralmente ocorre quando os grupos primários se conectam a outros grupos por meio de laços transversais. Quando os grupos primários estão desconectados, os grupos mais poderosos passam a agir sobre as estruturas sociais, de forma a excluí-los.

Para que os recursos sejam mantidos, as redes intensas podem ter vantagens relativas, assim, por exemplo, as classes privilegiadas as preferirão. Para obter recursos não disponíveis, como um emprego pontes acesso aos recursos da rede serão mais úteis.

Definindo o capital social como os recursos enraizados em uma estrutura social que podem ser acessados ou mobilizados em ações intencionais, Lin (1999) destaca três elementos do capital social: recursos enraizados na estrutura social, acessibilidade aos recursos sociais pelos indivíduos, e uso ou mobilização em ações intencionais. Lin (1999) coloca que o mais importante é estabelecer o contexto no qual uma rede mais ou menos densa levará a maiores retornos para os envolvidos, isso porque uma rede mais intensa pode facilitar a utilização coletiva dos recursos permitindo assim a sua manutenção, tanto para o indivíduo como para o grupo. Por outro lado, uma rede mais aberta pode proporcionar o acesso a posições ou recursos mais vantajosos, de forma a obter recursos adicionais.

Fox (1996) coloca que a maioria das explicações da ação coletiva e da construção da sociedade civil é dirigida pelo Estado ou pela sociedade, onde do lado da sociedade, existe uma explicação determinista histórica da formação de capital social que considera valores e culturas como dados, enquanto que do lado do Estado as regras e incentivos induzem respostas sociais.

Assim o objetivo deste trabalho foi tentar estabelecer as correlações entre a existência de capital social entre os agricultores familiares e sua capacidade de acesso e uso às linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Através da utilização de dados e informações secundárias sobre o acesso ao crédito nas diferentes regiões geográficas do Brasil, foram estabelecidas hipóteses de suas relações com os tipos e elementos de capital social.

O trabalho se inicia pelo Referencial Teórico, onde se fará uma breve retrospectiva das diferentes abordagens teóricas do capital social, revisando em maiores detalhes a abordagem teórica de Lin e Fox acima referidos. Em seguida são apresentados e discutidos os Resultados da Análise dos Dados de Acesso e Uso das Linhas de Crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), a metodologia e as considerações finais.

2. Referencial Teórico

O capital social é constituído pelas características da organização social tais como confiança, regras e sistemas que contribuem para o aumento da eficiência da sociedade através da criação de ações coordenadas.

Putnam (1993) salienta que a Itália Central e do Norte, onde são encontrados fortes valores democráticos e as relações sociais são muito intensas desde a Idade Média, criaram um ambiente propício à participação, colaboração e associativismo, responsáveis pelo milagre

econômico da Terceira Itália. Putnam (1993) questiona porque algumas regiões italianas têm um governo efetivo e assim prosperaram, enquanto as outras regiões ficaram estagnadas. As tradições cívicas são a sua resposta. As regiões bem sucedidas são compostas de comunidades com fortes laços de reciprocidade, com presença de densas redes de engajamento cívico, onde a cooperação é voluntária. Isso facilita a ação das instituições e o resultado é a eficiência econômica.

Para Putnam (1993) o capital social gera condições para que a democracia se instale e se fortaleça, como também propicia melhores resultados econômicos. O capital social aumenta a participação popular em todo o processo político; promove relações horizontais de reciprocidade e cooperação, ao invés de relações verticais de autoridade e dependência; cria redes de solidariedade, confiança e tolerância; e possibilita elevados níveis de participação nas associações.

Normas e redes são categorias do capital social que operam em diferentes níveis. Coleman (*apud*, Fukuyama 1992), a quem é atribuído o crédito de introduzir o conceito de capital social no *mainstream* das ciências sociais, nos oferece uma discussão conceitual mais explícita. No seu livro *Foundations of Social Theory* ele compara capital social com outras formas de capital. Enquanto o capital humano é criado ao dar às pessoas habilidades e capacidades que as habilitam a agir de novas maneiras, o capital social, por seu turno, é criado quando as relações entre as pessoas mudam no sentido de facilitar a ação interpessoal. O capital físico é inteiramente tangível, sendo observado na forma material; o capital humano é menos tangível, e se configura nas habilidades e no conhecimento adquirido pelos indivíduos; o capital social é ainda menos tangível, porque se configura nos relacionamentos entre as pessoas. Assim como o capital físico e o humano facilitam a atividade produtiva, o mesmo ocorre com o capital social (Bazan&Schmitz, 1997).

O capital social se constitui em um bem público, enquanto o capital convencional se constitui em um bem privado. O capital social é produzido como um subproduto das relações sociais, sendo a confiança um componente essencial.

Para os propósitos deste artigo o capital social é definido como as normas e relações sociais enraizadas na estrutura social que torna possível que atores coordenem suas ações no sentido de atingir os fins que se propuseram.

Granovetter (1985) destacou que laços interpessoais fortes, como parentesco ou amizade intensa, são menos importantes que laços interpessoais fracos, como pessoas conhecidas em geral, ou colegas de associações comunitárias, no sentido de sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva.

Todas as formas de atividade econômica demandam a colaboração das pessoas. Fukuyama (1992) argumenta que cada ser humano procura reconhecimento por parte de outros seres humanos. A atividade econômica representa uma parte crucial da vida social e é permeada por uma grande variedade de normas, regras, obrigações morais, e outros hábitos que moldam a sociedade. A confiança, que é crucial para a vida econômica, surgiu historicamente a partir de hábitos religiosos, e não através de cálculos racionais. Max Weber (2002) em seu livro, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, mostra que os primeiros puritanos desenvolveram virtudes como a honestidade e a parcimônia que foram muito importantes para a acumulação de capital.

Um aspecto de grande importância na questão do enraizamento social é o fato das trocas se repetirem no tempo, o que encoraja a reciprocidade. Fafchamps (1992) analisando um estudo de Evans-Pritchard ressalta que é a escassez e não a abundância que torna as pessoas generosas, quando as condições são tais que a sobrevivência individual é extremamente incerta, surgem naturalmente mecanismos de ajuda mútua, e nesse caso a reciprocidade é necessária para que estes funcionem efetivamente. Quando as pessoas interagem em um horizonte longo de tempo, a cooperação é o resultado normal.

A cooperação é premiada e o comportamento oportunístico é penalizado no futuro. Assim, as pessoas que se comportam de forma negativa podem ser punidas posteriormente, e a punição é não receber assistência no futuro quando necessitar. Nesse sentido, a cooperação será facilitada quando os atores estiverem engajados em ações repetidas indefinidamente. Será muito mais fácil a ocorrência de cooperação se o número de atores for limitado, pois assim informações sobre o comportamento passado dos agentes serão abundantes.

Putnam (1993) coloca que a cooperação espontânea é facilitada pelo capital social e ilustra esse princípio: o sistema de poupança informal chamado *associação de crédito rotativo*, que é constituído por um grupo de pessoas que fazem contribuições regulares e mensais para um fundo. Cada mês um dos membros recebe o total recolhido naquele mês. Aquele membro continuará a fazer suas contribuições mensais e só receberá o total mensal novamente quando todos os membros do grupo tiverem recebido um montante total mensal. Esse sistema é uma combinação de sociabilidade e formação de capital em pequena escala.

Um aspecto interessante a analisar é o fato discutido por Fukuyama (1992) onde ele enfatiza que os seres humanos são fundamentalmente egoístas, e agem racionalmente para a obtenção de seus objetivos pessoais. Mas, por outro lado, ele afirma que os seres humanos também têm um lado moral de forma que sentem obrigação para com o próximo. Todas as sociedades buscam restringir o egoísmo bruto da natureza humana, através do estabelecimento de regras morais não escritas de forma que a educação formal ou informal terá o objetivo de fazer com que a população siga as regras morais de sua sociedade por meio do hábito e da repetição.

Fukuyama (1992) salientou também a importância da confiança na redução dos custos transacionais, uma vez que a existência de confiança torna desnecessárias regras formais e regulamentos, que são usados para negociações muitas vezes de forma coercitiva. Assim, como esse autor ressalta, a desconfiança gera elevação de custos, os quais as sociedades que se caracterizam pela existência de alto grau de confiança não precisam pagar.

Banfield (*apud* Fukuyama, 1992) em seu clássico estudo, *The Moral Basis of a Backward Society* percebeu a quase completa falta de associações na empobrecida vila de Montegrano, na Itália, onde ele viveu por um longo período. Naquela pequena vila as pessoas só sentiam obrigação moral para com os membros de sua própria família nuclear. Banfield utilizou o termo "familismo amoral", que passou desde então a fazer parte do léxico das ciências sociais. Termo esse que Fukuyama (1992) achou bastante apropriado para ser aplicado à sociedade chinesa. Vale a pena lembrar que o termo não se aplica a Itália como um todo. Como nota Fukuyama (1992), o próprio Banfield observou um grande contraste entre o sul que se assemelha a Montegrano e o norte da Itália, onde se encontra uma densa rede de organizações sociais intermediárias e onde prevalece a tradição de comunidade cívica.

Putnam (1993) estendeu os achados de Banfield medindo, na Itália, o que ele chamou de "comunidade cívica": a propensão das pessoas a formar organizações que não se baseiem em parentesco. Putnam (1993) encontrou uma falta absoluta de comunidades cívicas no Sul da Itália. Os grupos comunais poderosos encontrados foram as famosas comunidades criminais como a Máfia, a Ndrangheta, ou a Camorra. Na região Norte (Piemonte, Lombardia, e Trentino), e em particular em regiões da Terceira Itália como a Toscana e a Emília-Romana uma rede intensa de comunidades cívicas foram apontadas como resultado da pesquisa (Fukuyama, 1992). Assim, um alto grau de capital social na Itália do Norte e Central foi crucial para explicar a intensa prosperidade econômica dessas regiões. Como ressalta Fukuyama (1992), existem empresas familiares em toda a Itália, mas somente as que são dotadas de alto nível de capital social foram as mais dinâmicas, inovadoras, e prósperas, exatamente aquelas encontradas nas regiões Central e Norte, enquanto as da região sul se caracterizaram por total desconfiança, ou seja ausência de capital social.

Pode ocorrer um alto grau de capital social dentro de um grupo, e a esse capital social Narayan (1999) chama de *Bonding Social Capital*, que se refere à "cola" que permite que os

grupos se mantenham unidos através de valores, normas e instituições compartilhados. No entanto, os membros desses grupos podem estar excluídos de outros grupos, aqui o que ocorre é a carência de *Bridging Social Capital*, que se refere às “pontes” que levam os membros de um determinado grupo a participar de grupos heterogêneos, que são de natureza mais frágeis, mas que, entretanto, mais provavelmente promoverão a inclusão social. Os mesmos laços que ligam também podem excluir. Grupos poderosos podem restringir o acesso, como no caso do rígido sistema de castas na Índia. As sociedades podem ser ricas em capital social dentro dos grupos, mas não terem ligações entre grupos heterogêneos, assim a falta de capital do tipo “ponte” pode caracterizar uma sociedade onde impere a pobreza, a corrupção e o conflito.

A prosperidade econômica ocorre quando os grupos primários estão conectados por meio de laços transversais a outros grupos. Mas quando os grupos primários estão desconectados, os grupos mais poderosos passam a agir sobre as estruturas governamentais, de forma a excluir os grupos menos poderosos, esse processo se aprofunda gerando maior exclusão social.

Redes formadas por excluídos econômica ou politicamente, e não conectadas a outros grupos, têm a importante missão de servir como uma forma de seguro, que permite auxílio solidário para todos os seus membros. Entretanto, os membros dessa rede não poderão se tornar agentes de transformação, no sentido do grupo passar a ser um grupo de altos retornos produtivos ou em movimentos com poder para desafiar o Estado.

Baseado em que elementos o capital social poderia ser identificado ou mesmo ser diferenciado de outros capitais? Que elementos e que explicações são necessárias para considerar o capital social como um recurso, isto é, como ele é capaz de proporcionar retornos em uma ação? Em suma: qual a teoria que justifica considerar capital social como um recurso? Essas são perguntas colocadas por Lin (1999) e em função delas essa autora elabora sua teoria de capital social, a qual passaremos a descrever.

Para Lin (1999) capital social existe porque os indivíduos investem em relações sociais para obter retornos. As redes sociais são eficazes porque os recursos nela enraizados fortalecem o fluxo de informações entre indivíduos e organizações; permitem acesso a atores com posições e localizações de influência estratégica nas organizações; credenciam os indivíduos que participam da rede diante das organizações; e reforçam identidade e reconhecimento, fortalecendo a auto-estima e a reputação na sociedade.

Lin (1999) considera que o acesso e uso dos recursos sociais enraizados nas redes sociais dependem parcialmente das posições na estrutura social e na existência de relações com laços fracos. Os recursos sociais podem ser avaliados pela quantidade e variedade dos recursos tais como riqueza, poder e status - os mais valorizados pela sociedade.

A autora segue afirmando que os recursos sociais são provenientes dos recursos de rede (acessíveis) e de contatos (mobilizados para cada ação), que são juntamente utilizados nas ações instrumentais, aquelas destinadas a melhorar uma posição relativa ou obter um resultado específico. Para ela nem sempre o capital social das redes oferecerá os melhores recursos para retornos instrumentais e expressivos¹. Isto porque nem sempre as redes possuirão as pontes mais adequadas para obter as melhores informações, influência, credenciais sociais ou reforço. Lin (1999) considera que redes e relacionamentos sociais abertos geralmente permitem maior acesso e uso dos recursos necessários através de pontes; já redes mais densas se prestam a dar reforço a manutenção de recursos, condições já exploradas por Granovetter (1985). Assim, fatores exógenos (arranjos comunitários e institucionais) podem contribuir para maior abertura ou densidade das redes.

Uma rede pode ser avaliada pelas características de quatro de seus recursos: pela sua amplitude, isto é, pela distância entre o maior e o menor recurso; pela qualidade de seu

¹ Retornos instrumentais correspondem a ganhos adicionais que o indivíduo obtém. Retorno expressivo é a manutenção da posição conseguida por uma pessoa apoiada por sua rede.

recurso superior; pela variedade e heterogeneidade; pela composição (recursos comuns ou específicos). Outra forma de mensurar uma rede é pela identificação de pontes e laços fracos, pois possibilitam maiores retornos e para Lin (1999) todo retorno se transforma em capital adicionado.

Na sua teoria do capital social Lin (1999) descreve três blocos de variáveis com seqüência causal na formação de capital social.

1º Bloco: Estrutura social e cada posição individual na estrutura social. Diferentes estruturas sociais (como diversidade de culturas e ideologias, nível de industrialização e de tecnologia, nível educacional, recursos físicos e naturais, produtividade econômica etc) e as diferentes posições dos indivíduos nas estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas, são pré-condições e elementos precursores que afetam as oportunidades de construir e manter o capital social.

2º Bloco: Os elementos do capital social. O capital social é formado por três elementos: um ativo social (recursos enraizados), recursos socialmente acessíveis e recursos sociais mobilizados. Os dois últimos, acesso e uso de capital social, são acionados no processo de mobilização para uma ação específica. Dada a desigualdade de capital social existente (dependente dos fatores do 1º bloco) caberá ao indivíduo fazer as escolhas de ações para a mobilização do capital social.

3º Bloco: Recursos enraizados, recursos socialmente acessíveis e recursos sociais mobilizados estão interconectados numa seqüência causal. Quanto mais recursos enraizados maiores as possibilidades de escolhas individuais e ações. Quanto mais próximo das ligações tipo ponte, maior probabilidade de mobilizar os recursos para as ações.

Passaremos agora a analisar a construção teórica de Fox (1996) sobre o capital social. Esse autor indagou como organizações que são construídas em etapas em uma sociedade civil autônoma emergem e crescem em ambientes autoritários. Ele estava interessado em responder à questão de como pode a ação estatal bloquear ou encorajar a ampliação e o fortalecimento de organizações que podem representar interesses sociais diversos. Fox (1996) explora “caminhos” para o fortalecimento da sociedade civil sob condições não democráticas ou em processo de democratização.

Para explicar a diversidade de resultados existentes nessas sociedades, Fox (1996) adotou o esquema conceitual que analisa o Estado e a sociedade e as circunstâncias de convergência entre ambos. No caso do México rural os resultados subnacionais emergem de três caminhos políticos distintos: atuação conjunta entre Estado e atores sociais; atuação conjunta entre atores sociais locais e externos; e mobilização independente vinda da base.

Fox (1996) procura entender como a sociedade civil se fortalece e qual é o papel do conflito político na formação das relações do Estado com os capitalistas sociais². Para esse autor é difícil explicar porque alguns atores estatais são parceiros construtivos, enquanto outros são inimigos violentos da formação de capital social. Fox (1996) acrescenta que a maioria das explicações da ação coletiva e da construção da sociedade civil é dirigida pelo Estado ou pela sociedade. Do lado da sociedade, existe uma explicação determinista histórica da formação de capital social que considera valores e culturas como dados, enquanto que do lado do Estado, a nova abordagem institucional e a mobilização de recursos reforçam a centralidade de regras e incentivos que induzem respostas sociais.

Fox (1996) entende que para explicar os padrões da sinergia sociedade–Estado deve-se analisá-los em um quadro teórico interativo que capta o processo de influência mútua entre Estado e sociedade. A abordagem “construção política”, utilizada por Fox (1996), enfoca as interações cíclicas do Estado e atores sociais para explicar a emergência desigual de

²Como Fox não fornece uma definição de “capitalistas sociais” entendemos que são os agentes envolvidos no processo de formação de capital social.

organizações sociais representativas sob condições não democráticas ou em processo de democratização. Ainda segundo esse autor, tais ciclos de conflitos sociedade-Estado e construção de coalizão podem ou não conduzir à construção de capital social; ambos Estado e elites sociais podem bloquear ou encorajar a ação coletiva autônoma. O problema, para Fox, reside em não apenas como explicar como o acúmulo ou o dismantelamento de capital social se desdobra, mas como cada processo pode se desdobrar simultaneamente. Em outras palavras, o mesmo Estado pode abrigar facções competindo que atuam em propósitos cruzados – conscientemente ou não – com alguns atacando grupos sociais que outros atores estatais apóiam.

Segundo Fox (1996), três referenciais conceituais contribuem para o desenvolvimento de uma abordagem de construção política para a emergência desigual de capital social sob condições não democráticas ou em processo de democratização, que são: oportunidades políticas; energia social e idéias, e aumento da abrangência da participação política local e do poder de barganha.

Para Fox (1996) no primeiro referencial conceitual, os conflitos políticos na elite têm efeitos na capacidade da sociedade civil se organizar, porque esses conflitos determinam a capacidade e a vontade do Estado para encorajar ou dismantelar o capital social. A vida associativa não se propaga no vácuo: o Estado e os atores sociais externos podem fornecer incentivos positivos ou sanções negativas para a ação coletiva.

Fox (1996) coloca que mesmo sob condições não democráticas ou em processo de democratização, os burocratas reformistas³ podem criar incentivos positivos para a ação coletiva a partir da base, como ocorreu nas reformas de desenvolvimento rural do governo mexicano nas últimas décadas. Esse autor ainda coloca que outra importante contribuição dos burocratas reformistas para a ação coletiva foi a capacidade de neutralizar as sanções negativas que outros atores estatais empregam contra a ação coletiva autônoma, além da escala do povoado. Esse autor segue dizendo que os burocratas reformistas legitimaram a autonomia associativa e forneceram medidas de proteção para o aumento da ação coletiva, sendo que os incentivos positivos e a neutralização das sanções negativas são igualmente importantes, mas a primeira ajuda pouco sem a segunda. Fox (1996) enfatiza o que Kahneman e Tversky denominam de “aversão à perda”, segundo a qual, atores potenciais temem as perdas mais que os ganhos.

Fox (1996) utiliza um segundo referencial conceitual da abordagem construção política o qual leva em conta os atores, suas idéias e motivações para explicar como as pessoas reagem às oportunidades políticas (ou às ameaças). Fox (1996) salienta que os legados históricos certamente formatam os caminhos nos quais os atores respondem aos incentivos positivos e negativos para uma ação, mas eles não respondem de forma automática ou unidirecional, assim idéias contingenciais, lideranças, e ações influenciam se os problemas são compartilhados e interpretados como razão para a mudança.

Fox (1996) introduz o princípio de Conservação e Mutação da Energia Social de Hirschman que mostra que os fracassos da ação coletiva resultam em retrocesso da vida pública, o que pode ser interpretado como o estado de equilíbrio de baixa civilidade de Putnam. Hirschman, mais interessado em explicar a ação coletiva que a sua ausência, enfatiza o papel da agressão externa em provocar resistência. A resposta usual para o fracasso da ação coletiva é a desmobilização, no entanto, a mobilização em um ambiente inóspito pode ser também, resposta a uma ação passada fracassada. Para Hirschman, o sucesso pode ser o resultado de fracassos prévios, enquanto para Putnam apenas o passado de sucesso explica o sucesso. Aqui Fox (1996) coloca o questionamento de porque fracassos cívicos conduzem a frustração e o

³ Definidos por Fox como aquelas elites estatais ou sociais desejosas de aceitar ou encorajar acréscimos dentre grupos excluídos na sociedade.

empobrecimento em alguns casos, enquanto ele é “conservado e transformado” em energia social em outros. Esse autor oferece a seguinte resposta: talvez a liberdade de associação seja em ambas causa e efeito da construção da sociedade – uma vez que alguém adquire algo, aumentam suas chances de obter mais, como no ciclo virtuoso de Putnam de formação de capital social.

Fox (1996) apresenta um terceiro referencial teórico sobre organizações construídas em etapas, na abordagem da construção política, onde ele analisa o capital social e enfatiza a importância das organizações, cujos esforços criam oportunidades para que outros se engajem em ações coletivas autônomas. Ainda segundo Fox (1996), dado que o capital social não é homogêneo: alguns tipos de organizações têm mais capacidade de ampliar os efeitos do bem público que outras, a premissa aqui é que barganha de poder é necessária para garantir a liberdade de associação, a qual por sua vez requer algum grau de aumento da organização em níveis superiores ao local.

Considerando que para Putnam (1993) o capital social é continuamente distribuído horizontal e verticalmente, as regiões pobres do México seriam consideradas, para Fox (1996), como possuidoras de amplos estoques de capital social, pois estão cobertas com redes associativas horizontais fortes em nível mais local. No entanto, afirma Fox (1996), essas são precisamente as regiões mais pobres do país com o pior sistema de governança e desempenho. A resposta, para Fox (1996), reside em ambos, Estado e sociedade. Do lado da sociedade, as solidariedades locais fortes podem ou não ampliar sua abrangência para outros povoados e vizinhanças. O autor também ressalta que o Estado desempenha um papel ativo no bloqueio ou na promoção da expansão de laços solidários para outros povoados. Fox (1996) alerta para o fato de que atores estatais têm usado regularmente a força para negar às comunidades mexicanas indígenas a oportunidade de aumentar e formar organizações em escala suficiente para defender seus interesses.

Fox (1996) acrescenta que o aumento da abrangência da participação política local e do poder de barganha é importante para representar os interesses de populações com dificuldades de definir interesses comuns e vulneráveis para fortalecer as suas organizações e para dividir e conquistar esforços a partir da base. O autor continua afirmando que quando as organizações ampliam sua abrangência, elas se tornam mais vulneráveis às oligarquias, uma vez que população dispersa tem pouca capacidade para monitorar as atividades de suas lideranças e, assim, tem pouca capacidade de assegurar que suas organizações sejam transparentes.

Assim, Fox (1996) coloca a título de resumo que os legados históricos de organizações horizontais são necessários, mas insuficientes para a acumulação de capital social.

Fox (1996) agrega os três referenciais conceituais em uma abordagem de construção política para a emergência e consolidação de capital social sob regimes autoritários, referenciais teóricos esses que envolvem ciclos acumulativos de conflitos e cooperação. O conflito chave ocorre entre os promotores e os inimigos da ação coletiva horizontal, ambos enraizados no Estado e na sociedade. Nessa abordagem, organizações sociais horizontais são capazes de se desenvolver em ambientes hostis, através de ciclos frequentes de conflitos entre três atores chaves: os capitalistas sociais; as elites autoritárias e os reformistas sociais. O ponto de partida, que Fox (1996) utiliza, é que a união das elites autoritárias diminui o espaço para a construção de direitos básicos de cidadania, os quais são condições prévias para consolidar as organizações representativas autônomas. No entanto, se as elites autoritárias se dividirem, por uma razão qualquer – problemas de sucessão, crise econômica ou guerra, os desafios sociais serão respondidos com repressão ou com concessão.

O primeiro passo na argumentação de Fox (1996) é que os reformistas, definidos pela sua grande preocupação com a legitimidade política e tendo preferência pela negociação ao invés da coerção, podem conflitar com colegas “linha dura” sobre, se e como, ceder ao Estado. Para Fox (1996) o segundo passo ocorre se e quando as rupturas no sistema abrem espaços

políticos para que as organizações sociais os ocupem, demandando acesso mais amplo ao Estado, enquanto tentam defender a capacidade de articular seus próprios interesses autonomamente. Esses esforços na formação de capital social usualmente provocam uma reação hostil autoritária, a qual, por sua vez, fecha o ciclo de abertura da base. Fox (1996) ainda coloca um terceiro passo mostrando que, com o tempo, os ciclos frequentes de negociação entre gestores de linha dura, elites reformistas e grupos sociais podem aumentar a tolerância oficial em relação às organizações autônomas na forma de “dois passos adiante e um passo atrás”.

Do ponto de vista da acumulação de capital social, Fox (1996) coloca que a questão chave é como manter aquilo que já foi conquistado e como se manter até que novas oportunidades semelhantes surjam. Esse autor segue afirmando que embora os atores sociais frequentemente fracassem na obtenção de suas demandas imediatas, se conseguirem conservar algum grau de autonomia no espaço entre os ciclos de mobilização, eles terão conquistado um recurso crucial para usar na próxima oportunidade política.

Fox (1996) argumenta que esse processo de acumulação dos estoques de capital social é altamente desigual dentro de Estados-nações, pois os grupos sociais ganham legitimidade e alavancagem em diferentes ritmos e arenas de negociação de poder. Segundo esse autor, a natureza repetitiva desse padrão ajuda a explicar porque tais padrões diferentes de relações entre Estado e sociedade podem coexistir simultaneamente dentro do mesmo Estado-nação, onde redutos de clientelismo autoritário persistente podem coexistir com novos enclaves de tolerância pluralista, bem como grandes áreas cinzas de “semi-clientelismo” entre elas. Para Fox (1996), a multiplicidade de relacionamentos políticos desses padrões de relações entre Estado e sociedade desafia os analistas a desenvolver categorias mais apropriadas para sistemas em transição. Fox (1996) conclui que esse quadro teórico sugere que categorias de “semiclientelismo” podem ser úteis para contextualizar o relacionamento que se situa entre o clientelismo autoritário e os direitos de cidadania pluralista.

Fox (1996) estudou as condições para formação capital social para as populações pobres indígenas do México rural, sua preocupação resulta do fato de que elas não têm representação na sociedade mais ampla e no sistema político mexicano.

Fox (1996) ressalta que no México indígena, as comunidades têm reproduzido tradições antigas de cooperação horizontal, reciprocidade e auto-ajuda, as decisões comunitárias acerca de alocação de recursos e justiça ocorrem por consenso, e esse autor conclui que o grau geral de organizações e normas de reciprocidade no México indígena é notável.

Fox (1996) passa a considerar que de acordo com a abordagem determinista histórica social de Putnam (1993), anteriormente mencionada, seria esperado que essas densas redes associativas locais horizontais resultassem em uma acumulação de capital social extensiva no México indígena, pois se a maioria das comunidades sobrevive com fortes estoques de capital social herdados, então este capital deveria ter crescido com o passar do tempo e percorrido os “ciclos virtuosos” propostos para o Norte da Itália. Ao que Fox (1996) contrapõem o fato de que, até muito recentemente, a maioria do México indígena parecia mais com o histórico sul da Itália (dominado por relações verticais autoritárias de dominação).

Fox (1996) coloca que o resultado é um mapa muito desigual, com variação extrema na densidade relativa da sociedade civil nas regiões indígenas, débil em algumas regiões, com cidadãos subordinados e divididos por relações de poder autoritárias, enquanto que outras regiões têm movimentos cívicos vibrantes com democracia política, em nível local, bem como cooperativas de produção e consumo sofisticadas.

Fox (1996) constata, através de estudos, que a formação de capital social em regiões indígenas segue vários padrões. Como variáveis descritivas chaves que emolduram as relações Estado-sociedade em cada região ele utiliza o grau de repressão e a densidade da sociedade civil. Os resultados foram bastante variados com um extremo de enclaves de níveis

altos de vida associativa e respeito ao pluralismo étnico e político, e outro extremo onde estão as regiões onde comunidades estão internamente divididas, ressentindo-se de vida associativa e dominadas por clientelismo autoritário.

3. Metodologia

Este trabalho procurou estabelecer as correlações entre a existência de capital social entre os agricultores familiares e sua capacidade de acesso e uso às linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

O capital social foi identificado nas cinco grandes regiões do país, através de indicadores que mediram a densidade de participação de agricultores familiares em organizações sociais associativas e cooperativas. Foram construídos três indicadores de capital social: 1º) percentual de participação de cada região no número total de cooperativas de crédito (rural e urbano); 2º) número de agricultores familiares por organizações familiares de comercialização (associações, cooperativas e agroindústrias) em cada região e 3º) percentual de agricultores familiares vinculados ao cooperativismo por região. Foram utilizados dados secundários do PRONAF da Secretaria da Agricultura Familiar (MAF) do Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA).

A análise de uso dos créditos do PRONAF foi efetuada em duas escalas territoriais: em nível de região, foi comparado o uso de crédito no Sul, Sudeste e Nordeste; em nível de microrregião, foi comparado o uso de crédito entre os municípios da região sisaleira da Bahia. Foram utilizados dados secundários do PRONAF da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) e dados da Associação de Pequenos Agricultores da Bahia (APAEB).

Em nível de região, foram efetuadas comparações entre as diferenças de uso de créditos do PRONAF pelos agricultores familiares (pelo total de agricultores e por grupos de renda), entre os anos 1995 e 1996 e 2003 e 2004, procurando estabelecer correlações entre o percentual de cooperativismo e o percentual de acesso ao crédito.

Na análise da microrregião sisaleira da Bahia, foram considerados como indicadores de capital social a existência de atuação da APAEB e/ou de cooperativas de crédito encontradas em 18 municípios, os quais foram comparados com outros 15 (quinze) que não possuíam a presença destas entidades. Foram considerados apenas os municípios que tiveram pelo menos 10% dos seus agricultores familiares acessando o crédito do PRONAF, entre os anos de 2000 e 2004.

4. Análise dos Indicadores de Capital Social por Região

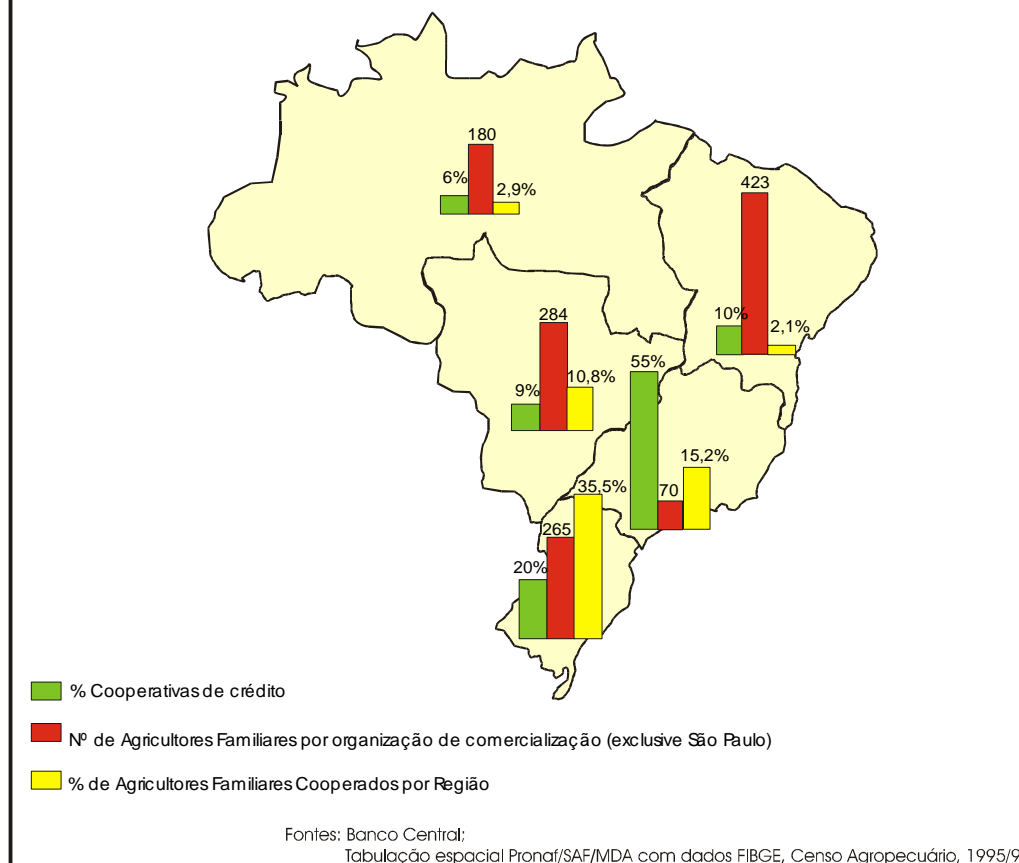
A análise dos três indicadores sugeriu que as regiões brasileiras apresentaram níveis decrescentes de capital social: Sul, Sudeste, Nordeste Norte e Nordeste, respectivamente, conforme Figura 1. Para confirmar a superioridade de capital social do Sul sobre o Sudeste foi priorizado o uso do indicador “percentual de agricultores familiares cooperados por região”, em detrimento dos outros dois.

O indicador “percentagem de cooperativas de crédito” foi desconsiderado na comparação anterior por existirem cooperativas urbanas agregadas nesses dados. A hipótese é de que as cooperativas urbanas são predominantes nas grandes cidades do Sudeste.

O indicador “número de agricultores familiares por organização de comercialização (exclusive São Paulo)” foi desconsiderado, em função das características muito mais urbanizadas do Sudeste. A hipótese é que esta região possui mais atividades não agrícolas, como as agroindústrias e organizações comerciais.

Figura 1

Indicadores de Capital Social por Região



A existência de maior capital social na Região Sul pode ser explicada pelas considerações de Putnam, que aponta a importância da existência de numerosas redes de organizações sociais, culturais e econômicas para formação da cultura cívica de uma sociedade. Na Região Sul elas são frequentes, em boa parte herdada pela colonização européia, conforme abundante literatura sobre esse assunto.

As regiões S e SE apresentam economias mais diversificadas e de maior renda, enquanto as áreas do NE são praticamente rurais e de subsistência. As diferenças de capital social das regiões Sul e SE com relação ao NE seriam explicadas por Lin (1999), para quem estruturas sociais mais complexas resultam em níveis superiores de capital social. Outra avaliação, baseada nas reflexões da mesma autora, é a de que as redes existentes nas regiões Sul e SE apresentariam maiores recursos (poder, riqueza e status) que as do NE. Aquelas redes teriam recursos de maior amplitude, maior variedade e heterogeneidade e presença de mais recursos específicos.

A região Sul também se diferenciaria pela maior homogeneidade social, isto é, por apresentar menor desigualdade, resultado de uma ocupação territorial mais homogênea, baseada em imigrantes europeus, transformados em pequenos agricultores familiares. Na teoria de construção política de Fox, sociedades desiguais tendem a ter Estados predominantemente dominados pelos interesses das elites (no caso brasileiro ligada à grande propriedade rural)

que agem de forma repressiva contra a liberdade de organização popular. As características de ocupação da região Sul não fortaleceram a ocorrência de Estados autoritários.

5. Análise Regional de Uso de Crédito pelos Agricultores Familiares

Observa-se, com base no Quadro 1, que quanto maior a presença de capital social ⁴ maior é o acesso e o uso do crédito do PRONAF. O Sul apresentou, nos anos 1995 e 1996, 14,3% de estabelecimentos com acesso ao crédito do PRONAF, no SE o acesso ao crédito foi menor (2,6%) e no NE foi de 1%. O mesmo resultado foi observado quando a comparação foi feita entre os mesmos grupos de renda de agricultores familiares⁵ de diferentes regiões em 2003 e 2004. Nesse caso, os resultados inesperados ocorreram no SE, com inconsistências no Grupo D, já que é improvável que todos os agricultores familiares tenham realizado mais de uma operação de crédito por ano. Também não foi verificado o maior acesso ao crédito no SE quando comparado ao NE para o Grupo C, onde os agricultores do NE realizaram o dobro de operações de crédito apesar de possuírem, pelos critérios adotados, menos CS, conforme Quadro 1. A hipótese para essa situação é que existiriam no SE outras alternativas de crédito rural.

Quadro 1 - Diferenças de acesso aos créditos do PRONAF

Estab.	Sul			Nordeste			Sudeste		
	%Est. Coop.	% Est. Ac.Créd		%Est. Coop.	% Est. Ac. Créd		%Est. Coop.	% Est. Ac. Créd	
		1995-96	2003-04		1995-96	2003-04		1995-96	2003-04
Total	35,5%	14,3%	-	2,1%	1,0%	-	15,2%	2,6%	-
B	12,9%	1,6%	-	1,3%	0,5%	-	6,0%	0,9%	-
C	33,9%	11,6%	67%	4,3%	2,3%	45%	17,0%	2,3%	23%
D	55,6%	29,4%	91%	9,6%	6,0%	56%	31,7%	7,4%	121%

FONTE: Elaboração dos autores a partir dos dados da Tabulação Especial do PRONAF a partir do Censo Agropecuário IBGE 1995/1996 e Dados de acesso ao crédito 2003/2004 PRONAF / SAF / MDA.

A análise permitiu constatar correlação positiva entre renda, cooperativismo e acesso ao crédito do PRONAF. As regiões com maior acesso ao crédito podem resultar, tanto de maior adesão ao cooperativismo como de maior nível de renda, fatores esses inter-relacionados e de difícil dissociação

Verificou-se também que grandes diferenças na adesão ao cooperativismo nas regiões Sul e NE, implicaram em grandes diferenças de acesso ao crédito. Menores diferenças na adesão ao cooperativismo nas regiões SE quando comparada ao NE e ao Sul, acarretaram diferenças de acesso ao crédito menos significativas.

Trabalhando com dados de crédito do PRONAF (2003-2004) verificou-se que os dados de cooperativismo tiveram correlação com o acesso ao crédito no Sul e NE, resultado esperado. O mesmo não ocorre quando se compara estas regiões com o SE. A hipótese para essa situação também seria a existência no SE de outras alternativas de crédito rural.

6. Análise da Microrregião Sisaleira da Bahia

⁴ Capital social medido por percentagem de estabelecimentos cooperados.

⁵ B – Renda Anual até R\$ 2000,00; C – Renda Anual de R\$ 2000,00 a R\$ 14000,00; D - Renda Anual de R\$ 14000,00 a R\$ 40000,00.

A região sisaleira é composta por 33 municípios do semi-árido baiano com uma rede de organizações de desenvolvimento rural e cooperativas de crédito rural. Neste trabalho foram considerados os municípios servidos por pelo menos uma dessas organizações, o que resultou em capital social.

A Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) segundo Ferreira (2002), é uma instituição não governamental sem fins lucrativos que visa à melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural da região sisaleira, tendo como objetivo principal a promoção do desenvolvimento social e econômico sustentável. Criada por pequenos produtores rurais com o intuito de superar as dificuldades do semi-árido baiano, a associação atua em 15 municípios e tem sede no município de Valente -BA. Essa associação, criada em 1980, busca desde o início criar e estimular laços de proximidade entre os agricultores, e entre estes e outras instituições parceiras. Além disso, a APAEB busca promover a cidadania por meio de ações que procuram ver o agricultor como agente de transformação social.

Na área de atuação da APAEB 67% dos estabelecimentos agrícolas possuem até 10 hectares e 18,9% possuem áreas entre 10 e 100 hectares. Em alguns casos, uma propriedade com 10 hectares, por exemplo, por dispor de algumas condições excepcionais, como a presença de nascentes ou de um rio que oferece mais condições de produtividade do que outra com 50 ou 60 hectares.

Inicialmente a atividade mais importante da APAEB era a comercialização da produção dos agricultores e a venda de produtos industrializados de primeira necessidade, através de um Posto de Vendas. Para atender à principal atividade econômica da região a APAEB criou então a “Batedeira Comunitária” (local de beneficiamento da fibra) e passou a adquirir a fibra diretamente dos produtores, acarretando a elevação do preço pago pela associação em mais de 100%, função dos novos níveis de remuneração na colocação do produto no mercado regional. Posteriormente, implantou-se a fábrica de tapetes e carpetes. A APAEB estimulou também a criação da Cooperativa de Crédito Valentense (COOPERE) que além de dispor do crédito através do “Fundo Rotativo”, e de assistência técnica própria, serve ainda como instrumento para o repasse de recursos oficiais do PRONAF e outros programas. A APAEB criou uma ampla rede de instituições parceiras, nacionais e internacionais, como: Banco do Nordeste, BNDES (RJ), Fundação Getúlio Vargas, Fundação Kellog (EUA), Fundo Canadá, Fundação Doen (Holanda), Pão Para o Mundo (Alemanha), além de parcerias com prefeituras municipais e sindicatos. Uma pesquisa realizada em 1999 com 10,5% dos membros da APAEB constatou que 3% deles tinham renda familiar de 200 reais antes da adesão, enquanto que após a adesão este número subiu para 42%. Ainda nessa pesquisa, antes da adesão 82% percebiam menos de R\$ 130, após a adesão essa porcentagem reduziu para 25%.

A atuação da APAEB resultou em geração de emprego e aumento da renda familiar beneficiando 4.000 mil pessoas; em redução dos índices de migração campo-cidade, oferecendo às famílias rurais perspectivas de vida digna na região; no ingresso de todas as crianças em idade escolar na rede escolar pública da região; na agregação de valor para produtos como sisal, leite, peles, artesanato, carnes e outros; na formação da cidadania, com a construção de uma nova mentalidade no tocante ao relacionamento entre a comunidade e o poder público governamental.

Paralelamente à APAEB, as cooperativas de crédito se inseriram nesta região na primeira metade da década de 90, com a intenção de propiciar mais facilmente o acesso ao crédito para os agricultores familiares. Essas cooperativas são compostas pelos próprios produtores rurais da região o que requer deles a existência de laços de confiança e reciprocidade, como o uso do aval cruzado ou aval solidário, onde um grupo de produtores se responsabiliza conjuntamente pela dívida adquirida. Essas cooperativas estão presentes em 8 municípios da região.

A partir da metodologia exposta anteriormente tabulou-se o número de municípios “com e sem” CS que, entre os anos de 2000 e 2004, teve pelo menos 10% de agricultores (dos Grupos B e C da classificação do PRONAF) que contraíram créditos do programa.

No Quadro 2 observa-se que nas comparações anuais realizadas em relação aos Grupos B e C dos municípios “com” CS e “sem” CS, 67% delas mostraram que o número de municípios “com” CS foi significativamente superior ao número de municípios “sem” CS. Em três, 33% das comparações, não existiram diferenças de acesso ao crédito.

As cooperativas de crédito estabelecem critérios de destinação de recursos com base no conhecimento e confiança pessoal, no lugar das tradicionais garantias do sistema financeiro.

Quadro 2 – Municípios com mais de 10% de agricultores familiares com contratos de crédito

Ano	Grupo B		Grupo C	
	Municípios “com” CS	Mun. “sem” CS	Municípios “com” CS	Mun. “sem” CS
2000	2	1	10	4
2001	9	1	3	1
2002	7	7	3	3
2003	-	-	6	2
2004	11	6	7	8

Fonte: Elaboração própria. Dados da APAEB e Cooperativa de créditos da região Sisaleira e PRONAF

Fukuyama (1992) destacou a importância da confiança na redução dos custos transacionais, pois evita o uso de regras e contratos. Os municípios com cooperativas de crédito levaram vantagens comparativas em relação aos sem cooperativas.

A filiação à APAEB é uma garantia de participar de uma rede com diferentes níveis de articulação e contato com organizações nacionais e estrangeiras, permitindo parcerias com apoio técnico, financeiro e político. Narayan (1999) destaca que o capital social do tipo “ponte” que levaria os membros de um determinado grupo a participar de grupos heterogêneos, é de natureza mais frágil, entretanto, mais provavelmente promoverá a inclusão social. A prosperidade econômica ocorre quando os grupos primários estão conectados através de laços transversais a outros grupos. Isto ocorre porque nem sempre o capital social das redes oferecerá os melhores recursos já que as redes poderão não contar com as pontes mais adequadas para obter as melhores informações, influência, credenciais sociais ou reforço.

A APAEB é uma rede com níveis elevados de recursos (amplitude, variedade e heterogeneidade), muito superiores às tradicionais associações rurais e sindicatos de trabalhadores. A APAEB utilizou as relações sociais para acessar uma rede de parceiros para novos empreendimentos comunitários, que evoluíram desde batedeiras de beneficiamento de sisal até uma fábrica de processamento. Esse processo permanente de mobilização em ações específicas resulta na elevação do estoque de capital social.

O desenvolvimento da APAEB se deveu à articulação entre atores locais e externos, contando apenas mais recentemente com o apoio das políticas públicas e do Estado. Para Fox (1996) a explicação da ação coletiva e da construção da sociedade civil é dirigida pelo Estado ou pela sociedade, que são caminhos para construção política de capital social. A APAEB ocupou um espaço político regional que tinha o reconhecimento dos atores públicos e privados. Ainda conforme o mesmo autor, o capital social não é homogêneo: alguns tipos de organizações têm mais capacidade de ampliar os efeitos do bem público. O sucesso das ações da associação

ocupou espaço político que legitimou a liberdade de associação, fortalecida pela sua organização em níveis regionais.

As cooperativas de crédito da região sisaleira da Bahia, compostas pelos produtores requerem a existência de laços de confiança e reciprocidade, como o uso do aval cruzado ou solidário, onde um grupo se responsabiliza conjuntamente pela dívida. Essa constatação já era explorada por Putnam (1993) e Fukuyama (1992), como sendo a presença de capital social, pois é a confiança existente em grupos pequenos, onde os atores são reduzidos que permite o conhecimento mútuo. Outro fator é a redução dos custos transacionais, uma vez que a confiança dispensa a necessidade de uma ampla gama de documentos e contratos, ou seja, as ações repetidas no tempo divulgam a reputação de cada ator, tornando desnecessárias análises extensivas e caras sobre o comportamento de cada ator na transação.

Os resultados anteriormente apresentados mostram que maior acesso ao crédito pode resultar, tanto do maior cooperativismo, como do maior nível de renda, já que esses fatores encontraram-se associados. Neste caso observa-se a circularidade existente no capital social, onde ele é causa e conseqüência simultaneamente. Deve-se aqui lembrar o argumento de Lin (1999), que afirma que quanto mais recursos enraizados, maiores as possibilidades de escolhas individuais e ações, e que quanto mais próximo das ligações tipo ponte, maior a probabilidade de mobilizar os recursos para as ações.

A APAEB buscando criar e estimular laços de proximidade entre os agricultores estimula os laços fortes do tipo Cola e os laços fracos do tipo Ponte de Narayan (1999), decorrentes das relações entre estes e outras instituições. A APAEB busca promover a cidadania por meio de ações que procuram ver o agricultor como agente de transformação social o que, no argumento de Fox (1996), aumenta a abrangência da participação política local e o poder de barganha no sentido de representar as populações com dificuldades de definir interesses comuns e vulneráveis para fortalecer as suas organizações.

À semelhança da argumentação de Fox (1996) relativas às regiões pobres do México, podemos estabelecer uma argumentação similar para o Nordeste, onde se encontra uma ampla rede de relações de proximidade e patamares elevados de pobreza rural. Aqui cabe recordar a argumentação de Granovetter (1985) sobre os laços fortes, ou de Narayan do capital social do tipo cola, pois certamente as solidariedades locais fortes são suficientes para manter os grupos unidos, mas não conseguem ampliar a abrangência das suas ações.

7. Considerações Finais

Os resultados da pesquisa indicaram forte correlação entre a existência de capital social entre os agricultores familiar, medido pela existência de associações e cooperativas de crédito e a capacidade de acesso desses agricultores às linhas de crédito do PRONAF.

A organização dos agricultores familiares na APAEB criou uma ampla rede associativa intermunicipal na região sisaleira da Bahia, ultrapassando a tradicional organização de bairros e de vizinhança, tão comuns no Nordeste. Essas organizações intermediárias ou de laços sociais fracos foram consideradas por Putnam (1993) como criadoras da “comunidade cívica”, a qual implica na propensão das pessoas a formarem organizações que não se baseiem em parentesco e que estabeleçam objetivos mais coletivos e geradores de ação coletiva.

Narayan, (1999) de forma análoga, chama atenção para o *Bridging Social Capital* ou “pontes” que levam os membros de um determinado grupo a participarem de grupos heterogêneos, que são de natureza mais frágeis, mas que provavelmente promoverão a inclusão social. A articulação dos agricultores familiares por meio da APAEB com parceiros externos, como Igreja Católica, pólos do movimento sindical, ONGs nacionais e estrangeiras, foram fundamentais para viabilizar oportunidades de desenvolvimento econômico e social, como os

investimentos em equipamentos de colheita comunitária, a montagem de agroindústrias e o estabelecimento de redes de comércio solidário para vendas na Europa.

Lin (1999) indaga como se deve considerar o capital social como um recurso, isto é, como ele é capaz de proporcionar retornos em uma ação. Na sua formulação de capital social ela afirma que os recursos sociais são provenientes dos recursos de rede (acessíveis), de contatos (mobilizados para cada ação) que permitem viabilizar as ações instrumentais, as quais se destinam a melhorar uma situação ou obter um resultado específico.

O notável na experiência da APAEB foi a sua capacidade de superar as relações sociais de confiança e reciprocidade baseadas nas relações de vizinhança e parentesco. A mobilização começa com grupos religiosos comunitários, evoluem para organizações comunitárias de colheita, pelo uso comum de equipamentos, até ampliarem-se territorialmente para diversos municípios da região, o que viria a viabilizar a implantação de uma agroindústria de sisal.

Mudar o padrão de confiança anterior para outro composto por um conjunto ampliado de atores desconhecidos implicou um processo longo, de mais de vinte anos, mas de resultados muito positivos.

Fox (1996) auxilia na compreensão do processo de crescimento organizativo dos agricultores familiares ligados à APAEB. Ele adota um referencial teórico sobre organizações construídas em etapas, a partir da abordagem da construção política. Para ele o capital social e se fortalece através de organizações, cujos esforços criam oportunidades para que outros se engajem em ações coletivas autônomas, entretanto, algumas organizações têm mais capacidade de ampliar os efeitos do bem público que outras. A hipótese de Fox (1996) é que barganha de poder com as forças hegemônicas no local são necessárias para garantir liberdade e crescimento da associação. Para ele também é necessário um grau de aumento da organização em níveis superiores ao local, para que a força política delas proteja as associações de sanções das classes dominantes.

O sucesso da experiência da APAEB sugere logo a indagação do porquê dessa associação conseguir desenvolver ação coletiva tão ampla numa região de experiências coletivas tão restritas. Parece que no caso da APAEB as oportunidades políticas apareceram com a aliança da liderança dos agricultores familiares com as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica que através de ligações no exterior criaram oportunidades de ações coletivas nos campos econômicos, sociais e políticos. A própria capacidade das lideranças em continuar a estabelecer projetos mais ambiciosos, como a agroindústria do sisal, deveu-se a uma capacidade incomum de enxergarem o futuro.

Finalmente, como frisa Fox (1996), a vida associativa não se propaga no vácuo: o Estado e os atores sociais externos podem fornecer incentivos positivos ou sanções negativas para a ação coletiva. Neste sentido a redemocratização do país, e o desenvolvimento de políticas voltadas aos agricultores familiares também acabaram por fortalecer e garantir a continuidade da reprodução de suas ações coletivas, e criar círculos virtuosos para o crescimento do capital social na região.

Referências Bibliográficas

APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - *Uma Caminhada de Luta e Resistência*. Cartilha, abril de 2000. In: www.apaeb.com.br

BAZAN, Luiza & SCHMITZ, Hubert (1997). Social Capital and Export Growth: Na Industrial Community in Southern Brazil. Institute of Development Studies Discussion Paper n° 361.

FAFCHAMPS, Marcel (1992). Solidarity Networks in Preindustrial Societies: Regional Peasants with a Moral Economy. *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 41, n° 1, October, 147-174.

FOX, Jonathan (1996). How Does Civil Society Thicken? The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico. *World Development*, Vol. 24, N° 6, pp. 1089-1103.

FUKUYAMA, Francis (1992) *Trust – The Social Virtues of the Creation of Prosperity*. New York, Free Press. BAER (1985, p. 267)

GRANOVETTER, Mark (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(1985): 481-510.

LIN, Nan (1999). Building a Network Theory of Social Capital. *Connections*, Vol. 22, N° 1, pp. 29-51.

NARAYAN, Deepa (1999). Bonds and Bridges: Social Capital And Poverty. World Bank. In: www.worldbank.org (21/03/2005).

OLIVEIRA, Ismael Ferreira de. *Produção Familiar na Região Semi-árida - Limites e Possibilidades*. 2002. In: www.apaeb.com.br

PUTNAM, R. (1993) *Making Democracy Work: Civic Tradition in Modern Italy*. Princeton Univ. Press.

WEBER, Max (2002). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Editora: Martin Claret.

